

## 13ª JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

### INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PRINCÍPIOS E PROCESSOS

Jose Antonio Guerra Gentil<sup>1</sup>, Clotilde Calvete<sup>2</sup>

#### RESUMO

A pesquisa tem como objetivo, identificar a inclusão de alunos em classes regulares e a utilização de recursos tecnológicos em uma determinada escola estadual. Foi utilizado neste trabalho a abordagem qualitativa, entendendo-se que este método melhor abrange, a qualidade deste estudo. A estratégia foi desenvolvida através de um estudo de caso, de um aluno do primeiro ano do ensino fundamental, com síndrome do espectro de autismo. O instrumento de pesquisa envolveu um relato e observações, tendo como público alvo duas professoras da escola. Após análise dos relatos e observações realizadas, ficam nítidas as dificuldades que a instituição encontra para que possa realizar um trabalho didático pedagógico conciso com a comunidade de alunos inclusos na escola pública em questão. Falta de recursos físicos apropriados são um dos grandes desafios, assim como nos deparamos, com professores que não possuem formação adequada para trabalhar com inclusos, por falta de um programa de qualificação onde possam ter informações sobre como utilizar as ferramentas tecnológicas no dia a dia com seus alunos inclusos, assim como quais recursos didáticos e pedagógicos sejam adequados para este público específico. Em especial o aluno, observado tem grande dificuldade de integração e a professora muitas vezes sente-se impotente frente a esta situação, pois conta com poucos recursos tecnológicos e também não tem acompanhamento pedagógico, o que promove maior dificuldades a professora e toda equipe de gestão, que busca recursos externos, mas dificilmente é atendido em suas demandas o que dificulta o desenvolvimento do aluno. Vários são os processos pedagógicos internos na escola, baseados pelos princípios da igualdade de oportunidades e de direitos, e da qualidade de ensino, que visam o atendimento do aluno estudado, mas todos são de iniciativa do próprio grupo de professores, sem acompanhamento dos órgãos superiores, sendo que muitos processos são intuitivos com poucos fundamentos teóricos/práticos, fundamentais para o sucesso da práxis e dos processos de ensino aprendizagem efetivo.

**Palavras-chave:** Tecnologia. Inclusão. Escola

## **ABSTRACT**

The research aims to identify the inclusion of students in regular classes and the use of technological resources in a finished State school. Was used in this work to a qualitative approach, it being understood that this method better covers, the quality of this study. The strategy was developed through a case study, a student of the first year of elementary school, with autism spectrum disorder. The research instrument evolved a report and observations, and target audience two teachers at school. After the examination of the reports and observations are sharp, the difficulties that the institution is to conduct a work pedagogic teaching concise with the community of pupils included in public school. Lack of appropriate physical resources are one of the major challenges, as well as faced with teachers who do not have adequate training to work with, for lack of a qualifying programme where they can get information about how to use the technological tools on a daily basis with their students, as well as didactic and pedagogical resources are adequate for this specific audience. In particular the student, observed has great difficulty of integration and teacher often feels powerless in the face of this situation, because it has few technology capabilities and also have no pedagogical accompaniment, which promotes greater difficulties the teacher and the whole management team, seeking external resources, but it's hardly answered in your demands what hinders the development of the student. There are several internal pedagogical processes at school, basilados the principles of equal opportunities and rights, and the quality of education, aimed at the student studied, but all are own-initiative group of teachers, without accompaniment of the superior bodies, being that many processes are intuitive with a few theoretical foundations/practical, fundamental to the success of the praxis and education processes and effective learning.

**Keywords for this page:** Technology. Inclusion. School

## **INTRODUÇÃO**

A Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade. Desenvolvida na década de 70, ela envolve muito mais que a pessoa com deficiência, envolve também a família, a escola e a sociedade. Portanto, este é o foco do presente estudo: identificar a inclusão de alunos em classes regulares e a utilização de recursos tecnológicos em uma terminada escola estadual. Com esta pesquisa, busca-se analisar as circunstâncias interativas que esses alunos estabelecem com seus professores e colegas nas classes da rede regular de ensino, mediados pelas tecnologias disponíveis. Assim, pretende-se avaliar como se processa a inserção desses alunos no contexto da classe comum, em que a maioria dos alunos, não apresenta tais necessidades.

Mobilizou este estudo, os desafios que a profissão de educador proporciona, pois no atual ambiente escolares vários educadores têm a possibilidade de conviver com alunos inclusos que apresentam diferentes deficiências e síndromes. A escola está repleta de processos de inclusão, mas percebemos que este ambiente necessita de profissionais qualificados, principalmente no fator humano, pois só através de profissionais capacitados e engajados poderemos disponibilizar uma educação inclusiva com mais qualidade. Para

ampliar a qualificação as tecnologias também são importantes, podem fazer diferença no desenvolvimento dos alunos, sendo que a soma de recursos humanos e tecnológicos que poderão fazer a diferença para esta, e futuras gerações de crianças inclusas. Conviver no ambiente e viver diretamente esta situação instiga estudos e pesquisas na área e a busca de conhecimentos para melhorar esta situação.

A escola no transcorrer da sua história, se caracterizou pela visão elitista da educação onde a escolarização é privilégio de um grupo – uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidenciou o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões normais da escola.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Ampliar nossos conceitos e concepções sobre a inclusão no ambiente nos traz a reflexão que é de suma importância termos consciência que a educação inclusiva não se faz apenas por decretos ou diretrizes e no âmbito de políticas públicas temporais. Ela é construída na escola por todos, na confluência de várias lógicas e interesses sendo preciso saber articulá-los de forma reflexiva e criativa. Por ser uma construção coletiva requer mobilização, discussão e ação de toda a comunidade escolar dentro de seus diferentes segmentos. Concretizar a inclusão é um grande desafio já que envolve mudanças na concepção de sociedade, de homem, de educação e de escola. Mudar visões já solidificadas e enraizadas em nome de um outro modelo de educação não é uma tarefa fácil, principalmente quando as mudanças vão favorecer pessoas que foram injustiçadas, excluídas e marginalizadas na sociedade e conseqüentemente na escola.

A inclusão escolar, especificamente no Brasil, tem sido compreendida pelos órgãos públicos como políticas de ensino direcionadas às pessoas com deficiência, como se estas pessoas fossem as únicas que se encontram marginalizadas e excluídas do sistema regular de ensino.

Esta compreensão tem encontrado respaldo legal na Lei n. 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; no Decreto n. 3.298/99 que regulamenta a Lei n. 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e na Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Não obstante, parece-nos que todos esses aparatos legais chocam-se com a Constituição Federal de 1988, que garante a “todos” e, não apenas a alguns, o direito à educação e ao acesso à escola sem discriminações e adjectivações.

A educação inclusiva como diretriz para a transformação na estrutura da escola foi definida pelo Ministério da Educação como política pública que assumiu sua disseminação por meio do programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, iniciada em 2003. Essa ação conduziu um processo amplo de reflexão nos sistemas educacionais sobre as formas tradicionais do pensamento pedagógico e de ruptura com a concepção determinista da relação entre condições históricas, desvantagens sociais, deficiência e a não aprendizagem.

Para Mittler (2001) a educação inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para se alcançar as necessidades de todas as crianças. Para esse autor a inclusão não significa transferir o aluno da escola especial para a escola regular, pois, ela representa uma mudança na mente e nos valores para as escolas e para a sociedade em geral, porque subjacente à sua filosofia está à celebração da diversidade.

Entendemos que as medidas governamentais direcionadas às pessoas excluídas, apesar de muitas vezes adequadas no seu discurso, não conseguem, na prática, reverter, ou ao menos minimizar, a situação educacional destas pessoas.

Alguns teóricos do nosso país defendem a inclusão escolar total, incondicional para TODOS, como consequência da transformação do ensino regular.

Mantoan (1998, p. 3) propõe:

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares

O número de alunos incluídos na educação inclusiva, nos últimos anos, triplicou, no entanto, o preconceito e a falta de conhecimento das leis que os amparam e beneficiam ainda deixam um grande contingente de pessoas com deficiência fora da rede regular.

No papel de autores da educação, o educador busca resgatar o compromisso com a sociedade, priorizando a formação e o desenvolvimento do sujeito incluso ativo e transformador, de forma coletiva ou individualmente. Para Mittler (2001), “a escola inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para alcançar as necessidades de todas as crianças”. A concepção e os princípios da educação inclusiva dentro de um contexto mais

amplo que dizem respeito à estrutura da sociedade em que vivemos associados aos movimentos de garantia dos direitos exigem a transformação dos sistemas de ensino em relação a fundamentação, a prática pedagógica e aos aspectos cotidianos da escola.

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTI, 2007, p. 12)

Trabalhar com a diferença é compreender que o ensino, o apoio, os recursos didático-pedagógicos, a metodologia, a proposta curricular e a avaliação da aprendizagem devem beneficiar a todos em sala de aula e não apenas a alguns, por serem categorizados como “inclusos” tornando-se assim “privilegiados”.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases- LDB nº 9.394/96 todas as crianças têm o direito de frequentar uma escola regular, em que possam conviver com outras crianças e demais membros da comunidade escolar, socializando-se e aprendendo aquilo que for capaz de absorver nesse momento, sempre dentro de suas possibilidades

A partir do enfoque interdisciplinar, a escola pode propor a construção e reconstrução permanente do conhecimento, implementando todas as formas possíveis de inclusão, entre eles os recursos tecnológicos disponíveis, assim traçando caminho na busca de uma sociedade igualitária, justa, democrática e humanista, com acesso e não uma simples permanência, de quem necessita de uma educação inclusiva, e desta forma, buscar meios e recursos. A política da educação inclusiva, no Brasil, fundamentada entre outros documentos internacionais, na Declaração de Salamanca (1994), afirma que as escolas regulares com orientação inclusiva são os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, porém a educação está longe do ideal para que o Tratado seja cumprido.

Se a escola não ofereceu tudo o que estava ao seu alcance, no sentido de oferecer uma educação especial ao aluno com necessidades educacionais especiais, com atividades e avaliações diferenciadas, de forma a evitar a retenção de série do aluno, a decisão que o reteve de série pode e deve ser reapreciada e discutida, pois quem vai sofrer as consequências destes atos é a criança e os seus pais. (...) questionar a legalidade de decisão que reteve a criança de série, baseada no fato de que esta criança necessita de uma educação especial e não sei se a escola ofereceu tudo o que estava ao alcance desta criança, em termos de educação especial, flexibilização de currículo apoio pedagógico adequado para atender às necessidades educacionais especiais desta criança (HAKIN, 2013, p. 03).

Temos que considerar que não se trata só de introduzir a criança na escola, pois o aluno precisa na maioria das vezes de acessibilidade diferenciada, as estruturas físicas das escolas muitas vezes não possibilitam a todos a sua locomoção e independência. Em relação ao ambiente escolar favorável à inclusão Stainback(1999) faz referências ao desenvolvimento de estratégias para melhorar a qualidade global do ambiente da sala de aula para acolher os alunos com deficiência. Essas estratégias, contemplam a organização de um ambiente no qual os alunos se sentem acolhidos, seguros e apoiados.

Suas principais sugestões são: criar uma comunidade inclusiva, promover o sentimento de pertença, facilitar a aproximação das crianças, favorecendo a amizade entre os alunos, desenvolver a colaboração entre pais e professores e entre professores e outros membros da escola. Apoiar e incentivar comportamentos positivos em todos os alunos e não apenas naqueles que demonstram comportamentos inadequados ao ambiente escolar, evitando punições e expulsões.

Além destes princípios, destacamos também a utilização de recursos tecnológicos, que podem apoiar de forma definitiva várias crianças em seus processo de inclusão, mas infelizmente percebemos que às tecnologias empregadas, na maior parte das escolas, não funciona adequadamente, faltando recursos físicos e humanos especializados para o desenvolvimento de tal tarefa. As tecnologias que deveriam ser aplicadas nas escolas não chegam aos atores principais que são os professores e os alunos. Então como garantir atendimento especializado se a escola não oferece condições?

Valente (2008) afirma que é de grande relevância entender que cada tecnologia tem características próprias, vantagens e desvantagens, as quais têm de ser mencionadas e discutidas para que possam ser usadas no trabalho docente e desta forma apoiar os processos de inclusão na escola. Ressalta Chaves (2015, p.2) que:

[...] faz sentido lembrar aos educadores o fato de que a fala humana, a escrita, e, conseqüentemente, aulas, livros e revistas, para não mencionar currículos e programas, é tecnologia, e que, portanto, educadores vêm usando tecnologia na educação há muito tempo. É apenas a sua familiaridade com essas tecnologias que as torna transparentes para eles.

As escolas podem avançar no desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança enfatizando a responsabilidade dos educadores em ensinar as crianças com ou sem deficiência a partir da desconstituição do discurso da deficiência que envolve uma proposta de escola que não é capaz de beneficiar todos os alunos. A ampliação das oportunidades de formação dos profissionais da educação para a inclusão, o uso de novas abordagens pedagógicas e tecnológicas, o conhecimento do percurso educacional

dos alunos e a construção de políticas de atenção às diferenças no ensino regular provocam um impacto significativo sobre a qualidade da educação.

Se as diferenças forem asseguradas aumenta a potencialidade da escola para a construção de uma sociedade mais igualitária, sem preconceito nem discriminação ou outras formas de intolerância. Isso é reforçado por Gomes (1999) quando diz que “a escola é um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram”.

Quando pensamos em educação inclusiva e uma escola realmente para TODOS é interessante lembrarmos o que diz Paulo Freire ao redefinir o conceito de educar. Para ele, o processo educacional deve partir da vida e da realidade local do educando. Isso possibilita desenvolvimento da consciência crítica dos educandos, para combater as formas de opressão, injustiças e desigualdades, e construir formas de libertação, justiça e solidariedade.

Assim todas essas questões se remetem a operacionalização dessas estratégias, que envolvem o lugar do professor e também os currículos escolares.

## **METODOLOGIA**

A abordagem adotada neste estudo é qualitativa, pois de acordo com Oliveira (1999, p. 117), “as abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais”, sendo particularmente útil na investigação educacional.

Com relação à estratégia de pesquisa, este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, que, nas palavras de Bodgan e Biklen (1994, p.89), “consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documento ou de acontecimentos específico”.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado relatos da diretora e da professora do aluno, estudado nesta pesquisa, que serão identificadas como A e B nas análises.

A pesquisa foi realizada em uma escola Estadual de Bagé, que oferece a educação inclusiva em todas as suas turmas. A escola hoje conta com 950 alunos, sendo destes 26 alunos inclusos com diferentes transtornos e deficiências, sendo eles: um aluno no 1º ano do ensino fundamental com síndrome do espectro de autismo; um aluno no 3º ano do ensino fundamental com síndrome do alcoolismo fetal; um aluno no 4º ano do ensino fundamental cego; seis alunos no 6º ano do ensino fundamental uma cega; uma aluna com déficit de atenção grave; um aluno na casa do adolescente; uma aluna com problema de audição

(surdez parcial); um aluno com síndrome do espectro de autismo; um aluno com problema de nervos; dois alunos no 7º ano do ensino fundamental uma aluna com incontinência urinária; um aluno com déficit de atenção/depressão; oito alunos no 8º ano do ensino fundamental quatro alunos com: déficit de atenção; dois alunos com incontinência urinária; um aluno com surdez; uma aluna com comprometimento neurológico grave, epilepsia; cinco alunos no 9º ano do ensino fundamental, um aluno com problema neurológico/depressão; dois alunos com déficit de atenção/dislexia; dois alunos com depressão/autoflagelação; uma aluna do 1º ano do ensino médio politécnico comprometimento geral (motor, fala, cognitivo), uma aluna 3º ano do ensino médio politécnico com síndrome do espectro de autismo (leve).

A instituição conta com uma sala de Atendimento Especializado – AEE, esta sala encontra-se improvisada na secretaria da escola. Uma professora presta atendimento aos cegos, em espaço reduzido, ministra suas aulas. Uma superação tanto do docente como dos discentes, que não dispõe de todas as tecnologias adequadas para seu aprendizado. A escola dispõe de uma máquina xerocadora em braile, que não está sendo utilizado por falta de espaço físico e condições adequadas, sendo de responsabilidade dos demais professores o atendimento dos alunos inclusos.

Como proposta de investigação, propõem-se um recorte para o estudo, para análise e observação das práticas realizadas com um dos alunos inclusos e seus desenvolvimentos educacionais. Este aluno é do 1º ano do ensino fundamental e apresenta síndrome do espectro de autismo. A escolha deste aluno intencional, em virtude de meu trabalho na escola e convivência direta com aluno e professor, o que demanda maior possibilidade de investigação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com vistas ao objetivo deste estudo, que prevê identificar a inclusão de alunos em classes regulares e a utilização de recursos tecnológicos em uma determinada escola estadual., observa-se na escola estudada, e em especial nas atividades com o aluno observado, situações que envolvem as atividades do professor e as tecnologias na escola.

Podemos perceber que as tecnologias são fundamentais, e a escola dispõem de alguns equipamentos, mas eles não são suficientes para todos os tipos de deficiências, o que fica claro na fala de A, quando afirma que “mesmo o básico não temos, como equipamentos de datashow, internet de banda larga e outras”. A utilização das tecnologias não ocorre na maioria da rede pública de ensino, o que demonstra a grande disparidade entre o que é divulgado e o que realmente ocorre nas escolas.

No caso do aluno do 1º ano do ensino fundamental, não existe nenhum suporte pedagógico e tecnológico a disposição na escola, e que fica claro na fala de B, quando afirma que “temos falta de suporte humano e tecnológico para trabalhar com este tipo de diferença”, e também na fala de A “as ferramentas tecnológicas para aplicação em educação poderiam e deveriam ser amplamente utilizadas”. Foi observado que inúmeras vezes não se consegue oportunizar uma educação com qualidade e que atenda as necessidades do aluno em questão, juntamente com os demais.

Nota-se que, para se obter as ferramentas adequadas, tanto humanas quanto tecnológicas é necessário recorrer ao poder judiciário, como fala B, “o grande obstáculo que se faz, com que a lei seja cumprida quando garante que o aluno tem direito a tutor”. Através do poder judiciário tem se conseguido chegar a algumas vitórias, como a de conseguir, que o Estado disponibilize tutores para estas crianças. Liminares são concedidas para que se cumpra a obrigação do Estado perante estas crianças, que estão supostamente inclusas nas escolas, mas o que mais se nota, é que elas estão meramente inseridas, faltando muito para que esta inclusão esteja completa.

A entrevistada A também destaca que “as aulas que deveriam ter excelente qualidade para todos os nossos alunos, principalmente aqueles que precisam de atenção diferenciada, ficam atreladas ao quadro de giz e a criatividade e comprometimento do professor”. Esta qualidade, existe por superação dos professores que dispõem de seus tempos livres, para buscar conhecimento sobre como proceder com seus alunos inclusos. Outro fator preocupante é a “falta de preparo do professor”, diz B, isso demonstra que o professor ao receber um aluno com qualquer tipo de deficiência ou síndrome, sofre um impacto de não saber como proceder nesse tipo de situação.

A escola também sofre com a falta do comprometimento dos pais, pois a entrevistada B ressalta que “a negação da família em aceitar os diagnósticos dificulta o trabalho do professor”, nestes casos até a família aceitar que seu filho tem uma deficiência ou uma síndrome transcorre um determinado tempo. É fundamental, nestes casos, que haja um professor especializado ou capacitado para exercer esta função.

Nessa reflexão Pacheco (2007, p. 81-85) manifesta que é preciso que a família e a escola estejam preparadas para iniciar e perseverar o processo de inclusão. Pois todo esse processo vai além de receber o aluno, ele precisa de atendimento e de continuação no processo de ensino-aprendizagem.

Incluir alunos com deficiência requer ajustes e modificações curriculares, envolvendo objetivos, conteúdos, procedimentos que propiciem o avanço no processo de aprendizagem. Esse processo é concebido como um conjunto de

procedimentos que visa oferecer experiências de aprendizagem adequadas aos diferentes níveis de comunicação, de possibilidades motoras, cognitivas, socioemocionais e de vida diária, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos. É a escola que se modifica para que o aluno obtenha êxito na aprendizagem e adquira conhecimento. Para tanto se faz necessário que os sistemas Educacionais propiciem ambientes de formação e qualificação dos professores e servidores para tal finalidade.

Segundo Facion (2008, p. 118) não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas sim, é esta que deve tornar-se um espaço inclusivo, a fim de cumprir seu papel social e pedagógico na busca pela educação na diversidade.

Uma escola inclusiva tem muito a ver com um bom projeto pedagógico. Nada adianta apenas ter uma escola com rampas e banheiros adaptados. Envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos tenham acesso às oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela Instituição de Ensino.

Nesse contexto, a formação dos profissionais envolvidos com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, enfim uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

## **CONCLUSÃO**

O presente trabalho de pesquisa nos oportunizou refletir sobre a escola, a tecnologia e a formação de professores no mundo contemporâneo. Enfatizou a necessidade de rever e reverter práticas, em que os professores, torna-se subordinados a métodos, discursos oficiais e prática pedagógicas, sem a devida inclusão do aluno com deficiências ou síndromes.

Verificou-se a importância da consolidação da capacitação docente, quando de um lado, com ganhos reais em termos de carreira e salários e, de outro, com uma formação intelectual constante, ofertada pela rede pública, e não à custa do próprio professor que busca sua capacitação com recursos próprios. Para isso a de terem-se cursos regularmente disponibilizados pelo setor público, para que este profissional esteja sempre atualizado e capacitado para enfrentar uma sala de aula onde os inclusos necessitam de uma atenção a mais do que os outros. Pois se trata do professor e coordenação pedagógica, assumirem responsabilidade social perante uma geração de crianças, jovens e adultos

sistematicamente usurpados de um direito legal, que é a educação, sendo estes, não apenas inseridos na escola, universidade ou em qualquer outro meio, mas sim em sua plenitude.

Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, o maior ganho está em garantir a todos sem exceção o direito à educação. Diferente do que muitos possam pensar, inclusão é muito mais que rampas e banheiros adaptados, é possuir material pedagógico e recursos tecnológicos adequados para que os alunos em todas as esferas possam progredir e aprender em conjunto com os profissionais da área.

Diante do exposto, podemos verificar que através da pesquisa realizada, trazem à tona que a escola não disponibiliza destes recursos, que são de suma importância para educação dos alunos inclusos, faltando material humano e tecnológico para que se possa aplicar dignamente o que a lei prevê. Assim finalizamos este estudo destacando que ainda há muito que melhorar a educação no que se refere à inclusão e o uso das tecnologias.

É fundamental evidenciar que na escolarização de uma criança com deficiência estão envolvidos, além da própria criança, seus pais e os educadores. Cabe à escola acolher essa criança, fazer o que estiver ao seu alcance para que se beneficie do contexto escolar e usufrua das mesmas obrigações e direitos das outras crianças. Nessa direção temos consciência que todas essas reflexões teóricas, preconizando a inclusão escolar, não serão concretizadas por um ato, ou legalizações, mas sim em um processo cultural que envolve a sociedade, quebrando preconceitos e renovando-se.

## **REFERÊNCIAS**

BOGDAN, R., BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação – Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

CHAVES, Eduardo O C. **O Uso de Computadores em Escolas: Fundamentos e Críticas**. Disponível em: <http://edutec.net/textos/self/edtech/scipione.htm>, acessado em 20 de novembro de 2015

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília: Corde, 1994

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

HAKIN, C. **Direito e Educação por Claudia Hakim**. 2013. Disponível, <https://www.facebook.com/Direito e Educação por Claudia Hakim>. Acesso em 10 de novembro 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 1998.

MITTLER, Peter. **Educação de necessidades especiais: uma perspectiva internacional**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 2001, Belo Horizonte, Anais... Belo Horizonte: PUC MINAS, 2001. p. 34-41

OLIVEIRA, Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: propostas de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertação e teses**. 2°. Ed. São Paulo. Pioneira, 1999.

STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999

PACHECO, J. (org.). **Caminhos para inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEIXOTO, M. de A. P.; BRANDÃO, M. A. G. B.; SANTOS, G. dos. **Metacognição e Tecnologia Educacional Simbólica**. Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v. 29,nº, p. 67-80, janeiro 2007.

VALENTE, J. A. **Diferentes usos do Computador na Educação**. 2008. Disponível em: <http://www.mied.unicamp.br/publicacoes/separatas/sep1.pdf> > Acesso em 25 jul. 2013.